

Aconteceu

PT e PDT definem acordo para unir as oposições

Os detalhes para alcançar a unidade das oposições começaram a ser definidos no dia 7, em São Paulo. Um encontro do ex-governador Leonel Brizola com Luís Inácio Lula da Silva teve resultados práticos positivos. A aliança será feita até com o PSDB, onde admite-se a possibilidade, por exemplo, do apoio ao candidato tucano ao governo do Pará, senador Almir Gabriel. Brizola e Lula concordam também em juntar as forças para criticar as medidas que forem adotadas pelo novo governo e que venham prejudicar a maioria da população. Página 5.

J. R. Ripper



O cortejo de mais de 5.000 pessoas acompanhou o enterro de Prestes

PRESTES

"Morreu o cavaleiro mas fica a esperança"

A frase do cantor e compositor Jards Macalé expressa o sentimento das milhares de pessoas que acompanharam a caminhada de mais de 10 quilômetros do cortejo que levou o corpo do ex-secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, Luís Carlos Prestes, que morreu no dia 7, no Rio de Janeiro. Vítima de leucemia, Prestes morreu aos 92 anos tornando-se uma lenda na história política do Brasil. Apenas o PC do B não se manifestou durante as homenagens prestadas ao polêmico e respeitado líder comunista. Páginas 6 e 7.

Posse de Aylwin acaba em conflito de rua no Chile

Página 11

Roriz admite nada saber sobre Agricultura

Página 2

Joaquim Roriz assume Ministério da Agricultura

No final da tarde do dia 10, o presidente eleito Fernando Collor de Mello anunciou o nome de Joaquim Roriz para o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

Joaquim Roriz, que deixou dia 9 o governo do Distrito Federal, é absolutamente contrário à concessão de qualquer tipo de subsídio para os

produtores rurais. "Subsídio é um desastre nacional em qualquer área", disse o futuro ministro, que não escondeu estar "perplexo" com sua indicação.

Mesmo sendo produtor rural em Goiás, Roriz admitiu que não é um especialista em Agricultura. (JB, 12/03/90)

A luta pela posse da terra

A luta pela posse da terra, um dos principais problemas que Joaquim Roriz deve enfrentar na pasta da Agricultura e Reforma Agrária, provocou mais de 1.000 mortes, de 1964 a 1989. Houve, porém, uma diminuição no número de mortes ano passado - 65 contra 102 em 1988 - fato que a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja católica, credita à eleição presidencial. Em ano eleitoral, os grandes latifundiários ficam menos agressivos porque posseiro também vota, seria a explicação.

Em 1989, a CPT registrou em todo o Brasil 500 conflitos pela posse da terra, envolvendo 192.532 pessoas e uma área de 14.480.254 hectares. Os dados da violência são alarmantes, apesar da diminuição do número de mortes: 134 pessoas receberam ameaça de morte, 100 tentativas de assassinato, 512 trabalhadores rurais sofreram lesões corporais e 66 foram torturados. A CPT registrou ainda 401 casos de pessoas presas ilegalmente, 1.079 agressões a trabalhadores, cinco sequestros e cinco desaparecimentos. Nada menos que 2.400 pessoas foram impedidas em seu direito constitucional de ir e vir.

O estado do Pará voltou a liderar as estatísticas de assassinatos no campo: nove trabalhadores rurais morreram em conflito com pistoleiros e grileiros. A Bahia ficou em segundo lugar, com sete mortes, seguida pelos estados do Maranhão, Paraná e Rio Grande do Sul, com seis mortes cada. Mato Grosso registrou quatro assassinatos; Espírito Santo, três;

Paraíba, Goiás e Minas Gerais, dois; e Santa Catarina, Ceará e Tocantins, um.

Violência

A CPT apurou também a violência contra a propriedade durante o ano de 1989, registrando 3.107 despejos judiciais, 1.842 expulsões, 306 casas destruídas, 1.737 tentativas de expulsão, 3.055 ameaças de expulsão, 300 roças destruídas e 130 roubos envolvendo um total de 32.154 famílias. "A violência no campo somente diminuirá quando houver uma reforma agrária de fato no Brasil" assegura Miguel Lemoal, assessor da CPT. Ele ressaltou que, nos últimos 30 anos, o número de assentamentos não chegou a 5% do necessário para garantir a subsistência dos trabalhadores rurais sem terra.

Nos últimos cinco anos, a CPT registrou 561 assassinatos em conflitos pela posse da terra: 139 em 1985; 122 em 1986; 133 em 1987; 102 em 1988; e 65 em 1989. Os conflitos ocorridos durante esse período envolveram mais de 600 mil pessoas, em uma área superior a 70 milhões de hectares.

Houve também o registro de violência contra índios, em levantamento feito pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Igreja Católica, principalmente na área dos Yanomami, em Roraima. O Cimi constatou ainda o massacre de 14 índios Tikuna em Benjamin Constant, Amazonas, há dois anos. (JB, 12/03/90)

Aconteceu nº 537 13 a 19 de março de 1990

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 983 Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Editor Xico Teixeira - Reg. Prof. 1928/07/16
Editora assistente - Lígia Dutra Reg. Prof. 3407/14/60
Secretaria Eliane Lobato
Composição Kátia Simões e Paulo Roberto S. Garcia
Produção Gráfica Alcino Demby
Fotolitos e Impressão Tribuna da Imprensa

Aconteceu - uma publicação semanal do CEDI - é uma resenha das notícias da semana extraídas dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. Aconteceu conta ainda com a participação dos Programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Camponês/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário, e Assessoria à Pastoral. As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Cosme Velho, 98/fundos, CEP 22241 - Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 - Rio de Janeiro, CEP 22221.

Assinatura anual: NCz\$ 170,00 Assinatura de apoio: NCz\$ 260,00 Assinatura exterior: US\$ 50

Brigada retira lavradores de fazenda em Cruz Alta

Os 1.904 colonos que há duas semanas ocuparam a Fazenda Santa Fé, no interior de Cruz Alta, a 418 quilômetros da capital gaúcha, foram retirados dia 6 do local por 110 soldados da Brigada Militar e levados de volta para a Fazenda Boa Vista, pertencente ao Incra. Segundo Joacir Picolotto, integrante da executiva estadual do Movimento dos Sem-Terra, se não houver uma solução para o problema dos sem-terra no Rio Grande do Sul, novas ocupações deverão ser feitas. "É a nossa única alternativa", disse.

Antes de ocuparem a Fazenda Santa Fé, os colonos passaram por duas fazendas. Primeiro, ocuparam a Fazenda Bacaraí, também no município de Cruz Alta, onde recebe-

ram a promessa do Incra de que seriam reassentados em 90 dias. Depois, invadiram a Fazenda Boa Vista, onde ficaram durante cinco meses. "Os colonos esperaram o prazo dado pelo Incra e mais 60 dias. Por isso, resolveram partir para uma nova ocupação", explicou Joacir Picolotto.

De volta ao inferno

Conforme o coronel Celso Soares, comandante da Brigada Militar na região, a retirada dos colonos transcorreu em clima pacífico. Os 450 fazendeiros das redondezas, que haviam acampado na fazenda para proteger a sua sede, retiraram-se na medida que

os colonos iam saindo de Santa Fé. "Agora, que mais essa ocupação foi resolvida, o Estado tem que tomar uma atitude definitiva para evitar novos problemas", ponderou o coronel.

Segundo Joacir Picolotto, a Fazenda Boa Vista, para onde os sem-terra voltaram, não tem as mínimas condições de abrigar colonos. "Eles voltaram para o inferno de onde haviam saído. Os 22 hectares da Fazenda Boa Vista foram reflorestados com o *Pino Amarelo*, uma espécie de pinheiro que evita qualquer vegetação rasteira. Lá, eles não possuem água potável suficiente e, por isso, ocuparam a Fazenda Santa Fé", afirmou. (JB, 7/3/90)

Filho de Darly agride a socos viúva de Chico Mendes

A viúva de Chico Mendes, Ilzamar Gadelha Mendes, foi agredida a socos dia 10 de manhã, em Xapuri, por um dos filhos do fazendeiro Darli Alves da Silva, Darlzinho, que estava acompanhado de oito pistoleiros. O fazendeiro e outro filho, Darci que estão presos na penitenciária do estado são acusados de co-autor e autor, respectivamente, da morte de Chico Mendes.

Ilzamar contou por telefone que estava voltando do mercado, às 10h quando foi cercada pelo filho do fazendeiro e pelos pistoleiros armados. Falando palavrões, Darlzinho passou a agredi-la a socos e pontapés, deixando-lhe vários hematomas nos braços e nas costas. Imediatamente, a polícia foi chamada e prendeu os agressores.

Sob proteção policial, a viúva de Chico Mendes foi medicada e depois levada para sua casa, de onde foi aconselhada a não sair pelo delegado que deixou alguns policiais em volta da casa dela, a uns 100 metros da delegacia. Ilzamar Ga-

dêlha Mendes teme, entretanto, que Darlzinho cumpra as ameaças de matá-la, assim que for solto. Ele responsabiliza Ilzamar e outros líderes dos seringueiros pela prisão do pai e de seus dois irmãos, Darci e Oloci.

Ilzamar Gadelha Mendes quer que a Secretaria de Segurança Pública do Acre faça retornar a Xapuri o delegado Nilson Alves de Oliveira, que presidiu o inquérito

sobre a morte de seu marido e comandou as investigações para prender o fazendeiro e os filhos. Em novembro do ano passado, Nilson de Oliveira foi transferido de Xapuri para Rio Branco. Segundo Ilzamar, o novo delegado de Xapuri não quer se envolver no caso Chico Mendes, porque tem medo. Além de policiais, alguns seringueiros armados de espingarda estão vigiando a casa da viúva. (JB, 11/03/90)

Em SP, sem terra ocupam fazenda

Em Itaberaba (315 km a oeste de São Paulo), cerca de 200 famílias ocuparam na madrugada do dia 5 dez alqueires da fazenda Pirituba, de propriedade do Estado, dizendo que vão resistir "até o fim" caso sejam obrigadas pela Justiça a deixar o local. A informação é de Arnaldo Mesquita, 39, advogado dos sem-terra. Ele disse que a resistência será feita de forma pacífica.

O "sem-terra" já haviam ocupado a fazenda Pirituba em outubro passado, mas passaram a morar nas margens da Rodovia Francisco Alves Negrão, que atravessa a região, depois que foram retirados do local pela Justiça. A área ocupada faz parte de um total de 1,7 mil alqueires que está sob a posse de 23 famílias de descendentes de holandeses. (Folha de São Paulo, 07/03/90)

CUT descarta participação em pacto social

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) não aceita participar de "qualquer coisa parecida com pacto social". Essa é a posição oficial da entidade, segundo seu secretário-geral, Gilmar Carneiro, "porque historicamente o pacto significou a imposição de mais sacrifícios para o trabalhador". No caso de a negociação ser convocada eventualmente pelo presidente eleito, Fernando Collor, Gilmar diz que seria ainda mais difícil aceitar um convite para sentar à mesa, por causa dos ataques do então candidato do PRN à CUT durante a campanha eleitoral.

A aplicação de um redutor para os reajustes de preços e salários - cogitada pela equipe econômica do novo governo para baixar a inflação - também é, a princípio, rejeitada pela CUT. Gilmar afirma que a central não abre mão do reajuste dos salários pela inflação integral. A prefixação implicaria que o governo negociasse (ou impusesse) uma mudança nas regras atuais de correção de preços e salários. Ao invés do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) apurado no mês anterior, seria aplicado um percentual menor para os reajustes.

Gilmar argumenta que a participação dos salários no conjunto da economia brasileira diminuiu de cerca de 50% para 30% nos últimos dez anos. Ele atribui essa queda às perdas que os reajustes salariais sofreram em relação à inflação nesse

período. "Não há margem para discussão porque nós estamos negociando a recuperação da miséria", afirma.

A CUT segundo ele, já está preparada para se defender de eventuais acusações de "traidora" por se recusar a participar de um "entendimento nacional" convocado pelo novo governo. Gilmar prevê que o presidente eleito, ou seus assessores mais próximos, ataquem a central "mais cedo ou mais tarde". "Se a CUT tiver competência para

esclarecer a população sobre os motivos pelos quais não aceita participar do pacto, ela pode reverter as acusações", acredita.

A única hipótese em que a central aceita sentar à mesa com o novo governo a partir do dia 15 de março, segundo seu secretário-geral, é para discutir "a moralidade do setor público, a redistribuição de renda e a recuperação da economia". Mesmo assim, sem negociar qualquer contrapartida salarial. (Folha de São Paulo, 05/03/90)

Central já prevê confrontos

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) começou a trabalhar de forma mais concreta com a possibilidade de confronto com o futuro governo. Desde o início do ano, a entidade vem desenvolvendo cenários possíveis para os rumos do País após a posse de Fernando Collor de Mello e cada vez mais aposta no cenário pessimista, enquanto aguarda as primeiras medidas de Collor.

"Ele será o presidente, o vice, os ministros e os secretários", disse dia 8 o presidente da CUT, Jair Meneguelli. "Não vai sobrar muito espaço para a sociedade e vai ser difícil governar o País desta maneira".

Meneguelli espera choques com o governo em três áreas: sa-

lários, diante da possibilidade de reajustes prefixados; demissão de funcionários públicos; e privatização de estatais. Nos próximos dias, em duas reuniões, sindicatos da CUT e de outras centrais vão reunir-se para discutir uma eventual reação às reformas de Collor no Estado.

O presidente da CUT teme que a prefixação dos salários "roube" um mês de inflação dos trabalhadores e não seja acompanhada por um controle rígido dos preços. Ele considerou a indicação do futuro ministro do trabalho e da Previdência Social, Antônio Rogério Magri, uma "opção pelo confronto" e não ter "confiança para negociar com ele". (Gazeta Mercantil, 09/03/90)

Para Meneguelli, Governo não vai demitir 180 mil

O Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, disse dia 6, no "Seminário sobre os desafios dos anos 90", promovido pela CUT em Cajamar, São Paulo, que os sindicatos e centrais sindicais terão de se adaptar à realidade dos novos tempos, como as mudanças no Leste europeu. Ele se disse preocupado com a afirmação de Magri, de que serão exigidos sacrifícios de toda a sociedade:

- Esses sacrifícios, no fim, acabam

ficando sempre para a classe trabalhadora, enquanto a empresarial engorda.

Meneguelli criticou também a campanha do futuro Governo contra o funcionalismo público e exibiu tabela estatística da Fundação de Apoio à Pesquisa (Fundap), do Governo federal, mostrando que, no Brasil a participação da população economicamente ativa no setor público é uma das menores do mundo, abaixo da dos Estados Uni-

dos, Alemanha, Inglaterra, Espanha e até Uruguai.

-Não acreditamos que haja os 180 mil funcionários ociosos anunciados por Collor e equipe. Tampouco acreditamos que Collor vá demitilos - disse Meneguelli.

A CUT, afirmou Meneguelli, está estudando defesas contra privatização, pacotes recessivos, arrocho de salários e demissão em massa de funcionários públicos. (O Globo, 07/03/90)

Lula e Brizola acertam frente de oposição

O ex-governador Leonel Brizola prestigiava um jantar em homenagem ao novo líder do PDT na Câmara, Doutel de Andrade, dia 7, quando sumiu. Duas horas depois, ele voltou ao jantar no apartamento do antigo líder, Vivaldo Barbosa, com a explicação: havia participado de uma reunião com o deputado Luiz Inácio Lula da Silva, para acertar os detalhes da unidade do PDT com o PT e, em alguns Estados, também com o PSDB, para as eleições de 3 de outubro. Mais do que eleger governadores, a intenção é formar uma forte bancada de esquerda no Congresso, como admitiram Brizola, ainda no jantar, e Lula, dia 8, em entrevista exclusiva.

Essa bancada forte no Congresso vai não só fazer oposição ao futuro governo Fernando Collor como garantir importantes votos para 1993, quando serão realizados o plebiscito sobre parlamentarismo ou presidencialismo e a revisão da Constituição com quórum de votação facilitado. "Ganhar governos estaduais é um bom complemento,

mas o fundamental é formar uma base parlamentar qualificada", admitiu Brizola.

Os dois se encontraram entre 21 e 22h45, no apartamento do líder do PT na Câmara, Plínio de Arruda Sampaio, única testemunha da conversa. O principal assunto foi a evolução das alianças do PT e do PDT nos Estados, já quase fechadas, por exemplo, no Pará: os dois partidos vão apoiar o candidato ao governo do PSDB, senador Almir Gabriel, que foi candidato a vice de Mário Covas nas eleições presidenciais.

Nem Brizola nem Lula descartam a inclusão dos tucanos na aliança nacional de esquerda, que imagina repetindo o palanque de Lula no segundo turno, mas são cuidadosos ao falar sobre isso. "O Covas é o ponto de equilíbrio do PSDB, e enquanto ele estiver nele, o partido será de oposição ao Collor", disse Lula. "O Covas tem uma cintura lambada e tá sempre no bolero", brincou ainda.

Lula e Brizola, na sua conversa,

chegaram a um acordo quanto à proposta original do PT de criar um "governo paralelo" para fiscalizar a administração Fernando Collor. "Nós não estamos num regime parlamentarista", descartou Brizola, que aceitou outra fórmula intermediária: a criação de "grupos de trabalho" para acompanhar as diversas políticas do futuro governo. "Vamos mostrar à opinião pública os acertos e equívocos do governo, explicou Lula na entrevista, "além de mostrar o que faríamos se estivéssemos lá".

Brizola e Lula continuam muito duros nas críticas a Collor e garantiram que não comparecerão à posse do futuro presidente: "Não vou comparecer à posse de um levião", disse Brizola na quarta-feira à noite e repetiu Lula, literalmente, na quinta-feira de manhã. Para Brizola, os nomes escolhidos por Collor para compor seu Ministério "são muito fracos". E comparou: "Nos meus 40 anos de vida pública, nunca vi um Ministério tão inexpressivo, fraco, pouco representativo". (O Estado de São Paulo, 09/03/90)

PFL será o partido de sustentação do governo Collor

O presidente eleito, Fernando Collor, quer transformar o PFL no principal partido de sustentação de seu governo no Congresso Nacional. Antes do segundo turno da sucessão presidencial, Collor procurou políticos pefelistas e manifestou claramente sua opção pelo partido. Disse que preferia trabalhar, quando eleito, com partidos estruturados e organizados - a observação foi entendida como uma crítica ao PRN, o pequeno partido pelo qual Collor se elegeu. Na última segunda-feira, Collor juntou com a bancada do PFL no Senado e selou um apoio formal ao seu governo.

Com 95 deputados federais e 13 senadores, o PFL surgiu a partir de uma dissidência do PDS, em 1984. Aqueles parlamentares - agrupados inicialmente na "Aliança Democrática" - recusaram-se a apoiar a candidatura de Paulo Maluf a presidente da República. Optaram por Tancredo Neves e foram um importante pilar de sustentação do governo José Sarney. A troca de governo não tira o PFL do poder. Dia 7, o senador Marco Maciel, líder do partido no Senado, reafirmou o apoio a Collor e defendeu a transformação de seu partido no principal bloco de sustentação ao novo governo.

"Seremos a base do novo governo", disse Maciel. Segundo ele, a escolha do PFL como principal partido de Collor se justifica pelo fato de os pefelistas formarem atualmente o maior bloco de apoio ao presidente eleito. Ele negou que esse apoio tenha como objetivo a obtenção de cargos e vantagens no novo governo.

"Estamos pensando apenas no interesse do país", disse. "O povo escolheu Collor e ele tem que ter o apoio do Congresso", afirmou. Mas o senador reconheceu que o apoio do PFL a Collor poderá beneficiar eleitoralmente o partido. (FSP, 8/3/90)

Multidão leva Prestes até a sepultura

O líder comunista Luiz Carlos Prestes foi enterado às 13h15 do dia 9, na sepultura 2404, a poucos metros da entrada principal do Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. O hino comunista, "A Internacional", tirado do acordeão de Ubirajara da Silva, pai do cantor Taiguara, e uma salva de 21 tiros de fogos de artifício marca-

ram o adeus ao "Cavaleiro da Esperança". Das cerca de 20 mil pessoas que caminharam nove quilômetros da Assembléia Legislativa, onde o corpo era velado, até o cemitério, algumas centenas ficaram até o final da cerimônia. O cortejo fúnebre provocou engarrafamentos no Centro e em Botafogo. (O Globo, 10/03/90)

J. R. Ripper



No adeus a Prestes, Lula e Brizola novamente estiveram unidos

Prefeito erguerá monumento em homenagem a Prestes

O líder comunista Luiz Carlos Prestes, 92, morreu dia 7 às 2h30. Ele esteve internado durante seis dias na Beneficência Portuguesa no Rio, com leucemia e septicemia (infecção generalizada).

Prestes foi filiado ao PCB de 1934 a 1980 e ocupou o cargo de secretário-geral do partido de 1943 a 1980. Em 1924 liderou um movimento contra o governo de Artur Bernardes, chamado Coluna Prestes, que o tornou conhecido nacional e internacionalmente. Foi preso em 1936 durante a repressão a um movimento contra o governo de Getúlio Vargas. Foi libertado em 1945. No mesmo ano se elegeu senador. Foi cassado em 1947, quando passou a viver na clandestinidade. Viveu na URSS de 1931 a 1934 e 1971 a 1979. Casou duas vezes. Com Olga Benário teve uma filha, Anita Leocádia. Teve sete filhos com Maria do Carmo Ribeiro, que já tinha outros dois filhos.

Quando Prestes morreu, estavam no hospital três de seus filhos - Iuri, Anita Leocádia e Mariana. "Ele não teve agonia. Foi apagando lentamente", afirmou Iuri Ribeiro Prestes, 25, que chegou dia 6 de Moscou (URSS) para ver o pai.

O prefeito do Rio, Marcello Alencar (PDT), disse que a Prefeitura dará pensão à viúva. Afirmando também que dará o nome de Prestes a um Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) e a uma avenida na zona oeste, ainda não escolhidos. Alencar prometeu ainda erguer um monumento em homenagem à Coluna Prestes. Não disse onde. Prestes apoiou a candidatura de Leonel Brizola (PDT) à Presidência.

O hall da Assembléia, onde o corpo foi velado, ficou lotado. Entre os visitantes, muitos traziam "buttons" do Partido Comunista, do PDT ou flâmulas vermelhas com uma pomba branca, distribuídas no saguão. O ator Mário Lago, 78, militante comunista, disse que quando Prestes embarcou para Moscou em 31 ele distribuiu cartas de Prestes justificando sua viagem. Às 17h15, Brizola chegou ao velório. "É um momento de luto, mesmo para os que nunca seguiram este homem", disse. (FSP, 8/3/90)

Coluna Prestes percorreu mais de 25 mil quilômetros

A Coluna Prestes foi uma das principais etapas do tenentismo, um movimento de jovens oficiais do Exército que pretendiam derrubar pela força os governos de Epitácio Pessoa (1919-1922) e Arthur Bernardes (1922-1926). Os tenentes queriam o fim das oligarquias políticas estaduais e a criação de um Estado forte. Eram nacionalistas e defendiam medidas como o voto secreto, criação da Justiça Eleitoral, moralização política e maior independência do Legislativo e do Judiciário.

O levante do Forte de Copacabana, no Rio, em 5 de julho de 1922, foi a primeira manifestação do tenentismo. Liderados pelo tenente Siqueira Campos, 301 militares se rebelaram no forte. Destes, 18 combateram as forças legalistas. Apenas dois sobreviveram: Siqueira Campos e o tenente Eduardo Gomes.

Em 5 de julho de 1924, eclodiu a rebelião tenentista em São Paulo. A cidade sofreu bombardeio das tropas federais e, em 27 de julho, os tenentes se retiraram e formaram uma coluna paulista. No Rio Grande do Sul, houve vários levantes,

inclusive em Santo Ângelo, onde o capitão Luiz Carlos Prestes comandava os revoltosos. Os líderes das rebeliões se unem em São Borja. De lá, Prestes decide ir ao encontro da coluna paulista. As duas colunas se unem no Paraná, formando a Coluna Prestes.

Prestes convence os líderes da rebelião a manter uma "guerra de movimento". Ele assume o comando do "estado-maior" da coluna e se transforma no líder da marcha, dirigindo as operações militares. A coluna combateu forças legalistas e jagunços de "coronéis" nordestinos. Passou por 13 Estados, percorreu mais de 25 mil quilômetros e entrou na Bolívia, em 3 de fevereiro de 1927, encerrando a luta.

Na cidade de Caculé (BA), correm histórias sobre a passagem da coluna. Uma delas é sobre a chegada antecipada de chefes da coluna, que pediam aos comerciantes que jogassem fora as bebidas alcoólicas para que os rebeldes não se embriagassem.

Prestes não deixou documentos sobre a coluna, mas deu informações para sua filha Anita Leocádia escrever uma tese sobre o movimento. (FSP, 8/3/90)



Marcelo de Oliveira

Cieps

Esperteza política.

Assim, o ex-governador Leonel Brizola definiu a intenção do presidente eleito Fernando Collor de Melo de liberar verbas para o término da construção de Cieps no Rio.

Brizola disse que o governador Moreira Franco prometeu a mesma coisa, durante sua campanha eleitoral:

- Depois, esqueceu a promessa e hoje os Cieps estão num estado deplorável. (Informe JB, 9/3/90)

Fulminado

O vice-governador de São Paulo, Almino Afonso, não deve alimentar muitas esperanças de trocar o PMDB pelo PDT para concretizar seu grande sonho político, o de ser candidato ao governo paulista este ano.

Num jantar com a bancada do PDT na noite de quarta-feira, dia 7, o ex-governador Leonel Brizola deixou claro que vai apoiar o PT onde seu partido não tiver chances eleitorais, como acontece em São Paulo. E, cutucado, esclareceu:

- O Almino sabe disso e não deve condicionar sua entrada no partido à candidatura. (Informe JB, 9/3/90)

Hora da virada

Não é de se estranhar que o presidente da Confederação Brasileira de Vôlei, Carlos Arthur Nuzman, não tenha gostado da indicação de Zico como secretário de Esportes do governo Collor.

Zico tem como um de seus melhores amigos o jogador de vôlei Bernard, que foi bastante perseguido por Nuzman em sua carreira. (Informe JB 9/3/90)

Nova forma

Quem vai ocupar a vaga do vice-presidente eleito Itamar Franco no Senado depois de sua posse é o primeiro suplente Edgar da Mata Machado, um intelectual mineiro tucano.

Com isso, o PRN perde um parlamentar de sua bancada.

E o PSDB fica com 71 parlamentares. (Informe JB, 9/3/90)

Maracutaia

Da ministra Dorothea Werneck, dia 8, no Conselho Curador do FGTS, ao liderar um movimento que impediu o ministro do Interior, João Alves, de favorecer seus amigos nordestinos candidatos a governador acabando com os critérios técnicos do fundo para o Nordeste:

- Foi a forma de tirar o melzinho da boca dos políticos e privilegiar a seriedade da administração do fundo. (Informe JB, 9/3/90)

Marketing

Representantes de entidades empresariais já notaram a falta de empenho da equipe de Collor em convidá-los para a cerimônia da posse. Recado entendido, a maioria deve acompanhar a passagem da faixa pela TV. (Painel FSP, 8/3/90)

Algo em comum

Lula desfilou dia 7 pelo Congresso com um charuto "havana" entre os dentes: "É o governo paralelo", disse, lembrando que esse é um dos poucos hábitos de Collor que endossa. (Painel FSP, 8/3/90)

História

O último depoimento de Luiz Carlos Prestes, dado ao jornalista e ex-deputado Neiva Moreira, sairá publicado no exemplar da revista "Cadernos do Terceiro Mundo" que circula no fim do mês. (Painel FSP, 8/3/90)

Jogo pesado

Uma produtora de vídeo está entrevistando funcionários da Câmara sobre a gestão Paes de Andrade. Já filmou a mansão ocupada pelo presidente da Câmara e o carro chapa fria que serve sua mulher. Vale tudo na disputa pelo governo do Ceará. (Painel FSP, 8/3/90)

Contradição

A equipe médica enviada pelo governo a Roraima para avaliar os efeitos da invasão dos garimpeiros na reserva Yanomami não chegou a um acordo. Para o Ministério da Saúde morreram 243 índios. Para a Funai, 1.200. (Painel FSP, 8/3/90)

Tiroteio

De Renan Calheiros (PRN), garantindo que Collor já tem maioria no Congresso:

- A coisa é surpreendente, boa demais!

Do senador José Fogaça (PMDB), sobre a suposta maioria parlamentar do governo Collor:

- Esse é o blefe mais comum de todo governo novo. (Painel FSP, 8/3/90)

Último cálice

O ex-governador Leonel Brizola ainda está com a campanha presidencial atravessada na garganta. Dia 8 em Cuiabá, durante a filiação do ex-deputado Dante de Oliveira ao PDT, Brizola deu sua opinião sobre o futuro governo:

- Considero este o último governo da fase de exceção. É o último cálice envenenado colocado na goela brasileira. (Canal 3, OESP, 9/3/90)

Até ele

Outra de Brizola:

- Sarney não teve independência nem para decretar luto oficial pela morte de Luís Carlos Prestes. Até Moreira Franco fez isso no Rio. (Canal 3, OESP, 9/3/90)

Efeito tequila

De um deputado do PRN, falando sobre o chamado efeito Orloff, aquela tese fatalista que prevê um destino comum para as economias do Brasil, México e Argentina:

- Collor quer uma administração à mexicana, com enxugamento da máquina, mas o Congresso é argentino. (Canal 3, OESP, 9/3/90)

A limpo

Governo Sarney passado a limpo é o título de um livro recém-editado pelo Palácio do Planalto que pretende prestar contas da ação do governo federal nos últimos cinco anos. O livro pode provar, com o apoio de alguns números, que o presidente Sarney não fez um governo tão ruim como revelam as pesquisas de opinião pública. (Informe JB, 8/3/90)

JK ao contrário

Avaliação do deputado Paulo Delgado (PT-MG) sobre a administração do presidente José Sarney:

- Ele vai entrar para a história como o presidente que transformou cinco anos em nenhum. (Canal 3, OESP, 9/3/90)

Sem pijama

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, repudiou dia 7 a idéia de vestir o pijama, após deixar o Exército.

Pretende tirar "umas merecidas férias" e, quando estiver descansado, vai trabalhar na empresa de consultoria na área econômica de seu filho Miguel Pires Gonçalves - que vem a ser diretor da TV Globo. (Informe JB, 8/3/90)

De volta

O deputado Vladimir Palmeira (PT-RJ) fez uma *rentrée* sensacional no plenário da Câmara dos Deputados.

Depois de dois meses de ausência, com a renda da polpuda Sena que ganhou em agosto no bolso e 12 quilos a mais - adquiridos nas férias curtidas em Alagoas -, voltou dia 7 às atividades em Brasília. (Informe JB, 8/3/90)

Em família

A futura primeira-dama, Rosane Collor, vai assumir a presidência da LBA.

A última primeira-dama a ficar à frente da LBA foi Iolanda Costa e Silva, na época da ditadura militar.

A entidade já está tratando de providenciar uma

reforma no seu estatuto para que a presidência não assuma funções executivas.

Para cuidar desses assuntos será criada a diretoria executiva, dirigida pelo alagoano Vitorio Malta, casado com Rosane, irmã da futura primeira-dama. (Informe JB, 8/3/90)

Disparate

O que é hiperinflação?

O desvaio dos preços está dando uma lambada em quem pretende viajar do Rio para Belo Horizonte.

O bilhete entre o Galeão e o aeroporto de Confins custa NCz\$ 2.633. Para se deslocar de Confins ao Centro da cidade, num percurso de 45 quilômetros, o viajante paga NCz\$ 1.428, na tabela de táxi. Ou seja, 54% do preço da passagem aérea. (Informe JB, 8/3/90)

Liquidação

A ZLC, empresa de consultoria de Zélia Cardoso de Mello, está fechando as portas. Os sócios e economistas do escritório acompanharão a futura ministra no governo Collor. Os funcionários já foram demitidos. (Painel FSP, 9/3/90)

Tucano no ninho

Paulo Renato Souza, reitor da Unicamp e candidato a deputado federal pelo PSDB, colabora há duas semanas com Zélia. Sugere nomes para ajudá-la no ministério. São amigos há 12 anos. (Painel FSP, 9/3/90)

Sensualidade macabra

O senador Roberto Campos (PDS-MT) recorre ao erotismo para definir a relação entre inflação e emissão de moeda: "As curvas da emissão de moeda e da inflação se ajustam perfeitamente como uma lambada sensual". (Painel FSP, 9/3/90)

Fora

O presidente do TSE, Francisco Rezek, agradece a lembrança, mas recusa qualquer convite para o governo Collor. Prefere seguir no Judiciário. No próximo ano, ele será eleito presidente do Supremo Tribunal Federal. (Painel FSP, 9/3/90)

Em tempo

O ex-presidente do TSE, Francisco Reser, é o Ministro das Relações Exteriores do governo Collor.

Cético

Do governador Orestes Quércia, estocando de leve o presidente eleito, Fernando Collor:

- É muito fácil falar em privatizações. Realizá-las é que eu quero ver. (Canal 3, OESP, 8/3/90)

BARRAGENS

Ecologista denuncia hidrelétrica no Rio Jari

O engenheiro agrônomo Rubens Gemaque, um dos coordenadores do Movimento ecológico Verde Vivo, está denunciando a implantação de hidrelétrica de grande porte na Cachoeira de Santo Antônio para atender as empresas instaladas ao longo do rio Jari. Segundo o ecologista trata-se de um projeto da ordem de 200 milhões de dólares, cujos planos remontam a época da ação na região do milionário norte-americano Ludwig, um dos idealizadores do Projeto Jari. Rubens assegura que a entidade ecológica a qual pertence está levantando o quadro geral, em Brasília, junto ao BNDES, órgão financiador da implantação da hidrelétrica no Rio Jari. Adiantou, entretanto, que informações colhidas junto aos simpatizantes da questão ecológica na região da Cachoeira de Santo Antônio dão conta de que até a remoção de famílias já começa a ser feita naquela área, pois o projeto prevê inundação de pelo menos 80 mil hectares.

Gemaque assegura que o Incra, em 1988, procedeu o levantamento naquela área, concluindo que o mais correto seria dedicar àquela região a atividade extrativista, sendo feito o registro de 300 famí-

lias trabalhando com extração de castanha do Pará. Além disso, Gemaque lembra que o presidente José Sarney assinou documentos decretando três áreas no Amapá como reserva extrativista, sendo que a região do Jari ficou para a próxima discussão no Palácio sobre o tema. "Uma contradição, pois a área dedicada a preservação é agora objeto de devastação para servir a interesses das empresas multinacionais", desabafa.

Por isto, o ecologista clama por uma reflexão sobre a forma como vem sendo fiscalizada a ecologia no Estado. "A agricultura, por exemplo, provocando desmatamentos incontroláveis. E não está havendo preocupação adequada por parte do Ibama, penso que os quadros daquele órgão estão demasiadamente cansados e desatualizados para a magnitude da tarefa que detém, de fiscalização às agressões ambientais. O Ibama neste aspecto repete a prática do antigo IBGE, "crítica Gemaque após enfatizar que o Ibama também não tem conseguido aglutinar a sociedade no sentido de se discutir as grandes questões ecológicas do Amapá, envolvendo a sociedade civil, o conselho de seringueiros, sindicatos de trabalha-

dores rurais, associações de florestais e agrônomos. Para ele falta uma linha decisiva de ação. E destaca como aberração ecológica a garimpagem desenfreada nos rios Tartarugalzinho, Cassiporé, Calçoene, Oiapoque e Jari, além do Amapari.

Até mesmo os projetos de reflorestamento não estão obedecendo a preocupação ecológica, segundo o líder do Movimento Verde Vivo. "Estes projetos de reflorestamentos podem ser taxados de crimes ecológicos. Os responsáveis são a Amcele a Codepa, entre outras, que derrubam florestas nativas para introduzirem essências exóticas. Há desconhecimento de que o cerrado constitui vegetação de trânsito, com chances para tornar-se floresta em questão de dezenas de anos. Assim, constitui crime estas devastações e devem ser tratadas desta forma pela sociedade. Pior tais empresas sequer possuem o Rima exigido por lei. Neste aspecto, ou denunciemos, ou cruzamos os braços, assistindo empresas como a Icomi, transformar em crateras vivas o nosso solo, como demonstra Serra do Navio. (Márcio Raposo - Jornal do Dia - Macapá, 27/01/90)

Área nuclear pede a Collor consulta antes de reformas

Entidades representativas de diversas áreas de atividade divulgaram documento repudiando qualquer tentativa de alteração na política nuclear brasileira sem consulta prévia ao Congresso, aos setores diretamente ligados à questão e à sociedade civil, em geral, e solicitaram ao presidente eleito, Fernando Collor, que só após a conclusão deste processo seja efetuada reforma administrativa no setor.

O documento, elaborado em reu-

nião realizada no Clube de Engenharia, foi subscrito por representantes da Associação Brasileira de Imprensa, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Associação Brasileira de Engenharia Nuclear, Sociedade Brasileira de Física, Secretaria de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Sindicatos dos Engenheiros e dos Economistas, Instituto dos Advogados Brasileiros e associações dos empregados da Nuclen, Nuclep e Furnas, Sociedade Brasileira de

Proteção Radiológica, Sociedade Brasileira de Planejamento Energético, Forum das Estatais, Associação Brasileira de Direito Nuclear e Comissão Consultiva para Rejeitos Radiativos.

No texto, os signatários advertem contra o risco de decisões de interesse geral serem adotadas em gabinetes, à margem de qualquer discussão ampla da sociedade, como ocorreu quando da assinatura do acordo nuclear com a Alemanha, em 1975. (O Globo, 9/3/90)

Chile festeja na rua posse do presidente eleito

Quinze minutos. Foi o tempo que bastou para que chegasse ao fim o último ato da última ditadura militar da América do Sul. Às 13 horas, na sede do Congresso Nacional, no balneário de Valparaíso, Patricio Aylwin, eleito pelo voto direto em dezembro, recebeu a faixa presidencial das mãos do general Augusto Pinochet, que governou o Chile com mão de ferro por 16 anos e meio, desde o sangrento golpe militar de 1973. O povo em festa tomou as ruas de Valparaíso e, a apenas alguns metros do ditador todo paramentado com uniforme de gala, gritava "assassino" e jogava tomates. As comemorações continuaram até à noite em Santiago, sendo dispersadas com bombas de gás, no velho estilo do regime militar.

O novo governo, pela manhã, anunciou que vai liberar todos os presos políticos que não tenham cometido atos de violência. Os chamados "presos de sangue" - que praticaram assassinatos ou atentados - serão submetidos à Justiça. O anúncio foi feito um dia depois de 50 parentes de presos políticos terem ocupado a Catedral de Santiago para exigir uma resposta das novas autoridades ao problema.

Rígido, em posição de continência e uniforme militar completo, Pinochet chegou ao Congresso Nacional pontualmente às 13 horas, em carro aberto, cercado por cavaleiros e centenas de seguranças. Imediatamente, a população entoou o coro: "ditador, assassino", lembrando os milhares de opositores assassinados pela ditadura. Quando Pinochet entrou no Congresso, onde já o aguardavam o presidente eleito, os novos ministros e as delegações

estrangeiras, as portas se fecharam. Exatamente 15 minutos depois, o general deixou o prédio, posou rapidamente para fotos e seguiu em uma mercedes

blindada, sob forte vaia. Um dos carros de sua segurança atropelou um cinegrafista australiano, protagonizando o único incidente da tarde. (JB, 12/03/90)

Pancadaria empana o brilho da posse

Numa prova de que a ditadura não acaba de uma hora para outra, uma verdadeira batalha campal entre a população e os carabineiros estragou a festa democrática chilena no início da noite do dia 11. Os distúrbios ocorreram em frente ao Palácio de La Moneda, no centro de Santiago, minutos antes do primeiro discurso do presidente Patricio Aylwin na sacada do prédio. Dezenas de manifestantes e policiais ficaram feridos ou desmaiaram, intoxicados com o gás lacrimogêneo lançado com fartura.

Mais de 300 mil pessoas cercavam o palácio pouco antes das 19h, quando pequenos incidentes e empurra-empurra começaram a ocorrer. Quando Aylwin apareceu e iniciou o discurso, os ânimos se acalmaram. Mas tão logo o presidente se retirou, a violência explodiu. Não se sabe como ela começou, como normalmente estas coisas acontecem por aqui.

Em poucos minutos, a avenida Bernardo O'Higgins - a principal de Santiago - transformou-se na encarnação do caos. Os carabineiros investiam contra a população com cassetetes e lançavam bombas de gás lacrimogêneo. A multidão respondia atirando tudo o que encontrava, principalmente garrafas, nos policiais. Houve corre-corre e rapidamente apareceram os *Guana-*

cos - caminhões lançadores de um líquido tóxico muito utilizado pela ditadura.

O cenário era surrealista. Enquanto a violência se alastrava, o sistema de som da festa democrática continuava tocando uma bela música clássica a todo o volume.

Os carabineiros feridos - muitos carregados, sagrando muito ou desmaiados - eram levados para o interior do La Moneda. A população ferida só restava a solidariedade alheia, já que os policiais não a socorria. Vários jornalistas se feriram.

Às 20h15, a avenida Bernardo O'Higgins estava devastada. A maior parte da população já havia se dispersado, mas ainda ocorriam confrontos isolados. A decoração da festa estava destruída, num cenário devastador que parecia querer lembrar a todos a história recente do La Moneda. Foi lá que, no dia 11 de setembro de 1973, os militares golpistas assassinaram o presidente Salvador Allende.

O palácio, praticamente destruído pelas bombas, transformou-se em um símbolo da ditadura sangrenta. E neste domingo, dia 11, como que para marcar presença, um carabineiro, em meio à confusão, aproximou-se de três jornalistas estrangeiros e resumiu o pensamento da extrema-direita autoritária: "Esta é a democracia chilena, meu amigo". (JB, 12/03/90)

Programa na TV para alfabetização de adultos

Planeja-se, conforme um assessor do ministro da Educação, Carlos Chiarelli, a montagem de um circuito fechado, via satélite, de televisão para o desenvolvimento de um programa de alfabetização em massa, com aplicação de métodos pedagógicos não convencionais.

A operação será imediata: escolas públicas federais, estaduais e municipais - incluindo as universidades - serão abertas no período noturno para esse projeto educacional.

A Fundação Nacional de Televisão Educativa (Funtevê) vai passar por uma reformulação, isto para poder administrar a rede nacional de televisão. (Gazeta Mercantil, 8/3/90)

Déficit escolar obriga Bahia a reduzir aulas

Metade dos 415 mil alunos do 1º grau, da rede estadual, em Salvador, terão, a partir deste mês, uma das menores cargas horárias de aula do mundo. Para atender ao déficit de vagas, a Secretaria de Educação resolveu adotar, em 100 escolas, o quarto turno, reduzindo em 45 minutos o tempo de duração dos turnos que já existiam. Com isso, os alunos passarão a ter, diariamente, apenas três horas e quinze minutos de aula.

"É uma aberração. O Brasil já tem, segundo a Unesco, um dos menores anos letivos do mundo. A redução do horário vai comprometer ainda mais a qualidade, já tão precária, do ensino público", afirma o diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Percival Alves. (Correio Braziliense, 6/3/90)

Princesa pede ajuda contra analfabetismo

A princesa Sirindorn, da Tailândia, abriu dia 5 a Conferência Internacional Educação para Todos, pedindo maior colaboração mundial para eliminar nessa década o analfabetismo, que afeta 1 bilhão de pessoas, a maioria nos países pobres. A conferência, a maior já realizada sobre educação, reuniu 1.500 delegados de 165 nações no balneário de Jomtien, um centro turístico 150 quilômetros a sudeste de Bangkok. Representando as Nações Unidas, que patrocina o encontro junto com o Banco Mundial, o diretor-geral da Unesco, Federico Mayor, disse que a década começou com uma oportunidade histórica para a paz, o desarmamento e o fim do confronto ideológico, mas logo perguntou: "Como podemos esperar avançar no caminho da li-

berdade e da democracia, quando um em cada três adultos no mundo ainda é analfabeto?"

Em seu discurso, a princesa Sirindorn disse que a pobreza é a causa do analfabetismo e que todos têm a obrigação de combatê-la. Ela ressaltou ainda a necessidade da educação para preservar o meio ambiente. Mayor também culpou a pobreza e disse que enquanto os países ricos transferem 50 milhões de dólares anuais às nações pobres, estas têm uma dívida de um bilhão de dólares.

Espera-se que as Nações Unidas, que declararam 1990 como o Ano Internacional da Alfabetização, respaldem ao final do encontro uma declaração mundial sobre a necessidade de educação para todos. (JB, 6/3/90)

Ciep vai precisar de NCz\$ 4,5 bilhões

A intenção do presidente Fernando Collor de Mello, de destinar verbas federais para a conclusão de 103 Cieps inacabados em todo o Estado do Rio vai custar US\$ 133,9 milhões (NCz\$ 4,5 bilhões, no dólar oficial). A estimativa se baseia em cálculos da Emop (Empresa de Obras Públicas), do governo do Es-

tado, que apontam a necessidade de se gastar, em média, US\$ 1,3 milhão para acabar cada Ciep e deixá-lo pronto para entrar em funcionamento. Mas, se Collor quiser ver montados os 77 Cieps cujas peças estão estocadas por falta de verbas, serão necessários mais US\$ 154 milhões. (JB, 7/3/90)

Um problema crônico: falta de verbas

O alto custo de construção e manutenção é o principal problema apontado pelos críticos do controvertido projeto dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps). Foi por alegar falta de verbas para concluir as construções inacabadas, que o Governador Moreira Franco decidiu abandonar a idéia de terminar a obra deixada por Leonel Brizola.

Os dados sobre os custos divergem. A Secretaria Municipal de Educação garante que para a construir um Ciep é necessário um orçamento de US\$ 1,3 milhão

(NCz\$ 92,9 milhões). Para a Empresa de Obras Públicas do Estado (Emop) o custo de construção fica em US\$ 2 milhões (NCz\$ 133 milhões). Ainda de acordo com dados do Governo do Estado, o custo de manutenção dos Cieps é quase o dobro do das escolas convencionais. Atualmente, a Secretaria de Educação do Estado administra apenas os Cieps localizados nos municípios da Baixada e interior do Estado. Os sediados no município do Rio foram transferidos para a Prefeitura em dezembro de 1988. (O Globo, 6/3/90)

Chiarelli vai pedir apoio ao Bird e ao BID

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, considera o fim do analfabetismo um dos elementos mais importantes da política de redistribuição da riqueza nacional:

- Quero transformar essa batalha pela alfabetização numa saudável, democrática e solidária forma de subversão. Há a firme vocação, decisão e opção do presidente de dar uma ênfase total à luta contra o analfabetismo, buscando-se recursos onde tivermos que buscar. Vamos dar ao cidadão a sua efetiva cidadania, que começa e se viabiliza através da alfabetização. Nós vamos tratar de recolher recursos no plano internacional, com agências financeiras, multinacionais e multilaterais. Cito como exemplo o Banco Mundial ou o Banco Interamericano, que têm linhas de recursos perfeitamente passíveis de utilização nesse particular.

A luta contra o analfabetismo, segundo Chiarelli, começará na preparação da própria sociedade para enfrentar os problemas do País. Principalmente no Nordeste, que tem um índice de 43% de analfabetos:

- O problema que se agrava no

Nordeste não é apenas do Nordeste. É um problema que, infelizmente, se espalha por todo o País.

Essa questão dos nossos altos índices de analfabetismo, os 32 milhões de analfabetos e, sobretudo, este problema mais grave e de certa forma mais preocupante, que é o contingente de 23% dos nossos jovens em idade escolar que estão sob o manto negro do analfabetismo. A certeza na revolução cultural é tão grande que foi seguida de uma promessa do Senador: - Não vamos

ter uma sala de aula vazia durante um dia do ano. O professor tem direito a férias. O estudante terá férias. Mas as aulas, os prédios, as escolas, as universidades vão estar sendo permanentemente utilizadas. E uma das utilizações desses prédios será necessariamente para que eles sejam praticamente os nossos quartéis-generais, as nossas fortalezas dessa guerra pacífica, que seguramente não terá vítimas. Será a guerra contra o analfabetismo. (O Globo, 6/3/90)

Bid só empresta a quem investir mais

Os novos governos eleitos na América Latina precisam aumentar os investimentos de longo prazo no setor da educação. Só assim vão se credenciar a receber os empréstimos e financiamentos do Banco Mundial. O alerta é do presidente da entidade e idealizador do projeto, Barber Conable. Segundo Conable, os investimentos em educação foram "irrisórios" nesses

países nos anos 70 e 80.

"A responsabilidade não é nossa. O Banco Mundial só vai ajudar os países que demonstrarem estar interessados em ajudar a si próprios", afirmou o presidente.

O orçamento do Brasil para a educação em 1990 é de NCz\$ 39,2 bilhões, inferior ao de 89 (NCz\$ 44,5 bilhões). (FSP, 6/3/90)

Técnicos consideram utopia a proposta de Chiarelli

Vinte anos depois de criado o primeiro programa destinado à alfabetização de adultos, Mobral, o Brasil tem hoje uma população de analfabetos (acima de 15 anos) superior a 18 milhões de pessoas. Com este dado, técnicos do Ministério e da Fundação Educar classificaram de utópica a proposta do ministro Carlos Chiarelli de erradicar o analfabetismo no país em um ano e meio. Esta erradicação, segundo os técnicos, só será viabilizada quando o país priorizar de fato o ensino de primeiro grau, de modo a garantir a alfabetização das crianças na idade regular.

Do orçamento do MEC deste ano (NCz\$ 39,2 bilhões a valores de de-

zembro) apenas 3% (NCz\$ 854,8 milhões, também a valores de dezembro) serão destinados ao ensino básico. O ensino superior receberá NCz\$ 30, 5 bilhões, gastando NCz\$ 28,6 bilhões apenas com pagamento dos 150 mil funcionários que consomem 72% do orçamento do Ministério.

Até 1986, segundo a Fundação Educar, era de 132,98 milhões a população acima de cinco anos de idade. Deste total, 30,4 milhões eram analfabetas. Lembrando que as crianças de 5 a 8 anos que ainda não sabem ler ou escrever não se enquadram nesta classificação, técnicos da Fundação observaram que o número oficial de analfabetos no

Brasil (abrangendo apenas os que têm mais de 15 anos de idade) não representa a realidade porque milhares de crianças acima de 10 anos e abaixo de 15 não têm qualquer escolaridade. Além disso, os técnicos informam que o programa de alfabetização de adultos precisa ser novamente reformulado, de modo a corrigir os erros do Mobral, criado em 1970, e os da Fundação Educar, criada em 1986. O principal problema, segundo os técnicos, é a influência de interesses políticos nestes programas, que sempre resultam na contratação de professores e supervisores sem qualquer preparo para a alfabetização de adultos. (O Globo, 6/3/90)

Origem de índio é desconhecida

Mais um índio desgarrado foi resgatado dia 2 pelo sertanista Sidney Possuelo, coordenador de Índios Isolados da Funai. O jovem, aparentando 20 anos, foi localizado há três dias no município de João Pinheiro (MG), acerca de 350 km do Distrito Federal, na fazenda Cascalho Rico.

O sertanista acredita que ele seja um descendente da nação Awá-Guajá, grupo que vive no Maranhão. Na próxima semana, o índio será levado por Possuelo até a aldeia, na tentativa de identificar sua origem. As braçadeiras e o idioma tupi são os únicos indícios de que o índio seja Guajá, segundo Possuelo. A Funai foi informada da presença do índio no município mineiro, na quarta-feira. Segundo a ocorrência policial registrada no Quartel da

PM de Cana Brava (distrito de João Pinheiro), o gerente da fazenda disse que há cerca de um ano havia notado a presença de um estranho nos limites da propriedade. Mas só quarta-feira o índio foi encontrado no seu "tapiri" - acampamento improvisado -, construído a pouco mais de 200 metros da sede da fazenda Cascalho Rico. O gerente comunicou o fato à PM que conseguiu capturar o índio. Não foi uma tarefa fácil, principalmente porque o jovem índio não fala uma única palavra de português. No instante em que se viu cercado, assumiu uma postura defensiva. Apontou seu arco e flexa em direção aos policiais, que conseguiram distraí-lo e o agarraram pelas costas. (Rosane Garcia, em matéria para O Estado de São Paulo, 03/03/90)

Funai achou 27 pessoas em 2 anos

Nos últimos dois anos, seis índios e dois grupos, totalizando 27 pessoas foram recolhidos pela Funai, longe de seus territórios tradicionais. Pelo menos mais três índios da desconhecida nação Kawahib estão desaparecidos no estado de Rondônia. "Estamos recolhendo restos de povos indígenas que a sociedade não quis preservar", denunciou o sertanista Sidney Possuelo. Além desses resgates, Possuelo lembra que há nações inteiras - mais de 80 - que ainda vivem completamente isoladas, sem contato com o mundo

dos não-índios, cuja sobrevivência poderá ser ameaçada com a expansão das fronteiras econômicas. "À medida que o desenvolvimento vai avançando no campo, os índios vão morrendo e o que sobra são restos desses povos", diz Possuelo. A identificação de um índio, explica ele, pode ocorrer através do artesanato, corte do cabelo, adornos, tatuagens, marcas corporais e pela língua que fala. Nem sempre uma dessas características é suficiente para identificar sua origem. (O Estado de São Paulo, 03/03/90)

Lote urbano para os índios Karajá de Aruanã

Depois de ocuparem memorialmente longas extensões de terras às margens do rio Araguaia, os 48 índios Karajá que vivem em Aruanã começaram, finalmente, a ser lembrados, com o início dos trabalhos de demarcação de sua reserva, na verdade apenas um lote de 12 mil metros quadrados no centro urbano da cidade.

"Não é uma área suficiente para oferecer vida digna ao grupo", admite o superintendente da Funai em Goiás, Amílto Gerônimo de Figueiredo, lembrando a agressão sofrida pela cultura Karajá ao longo dos anos.

A solução para o problema, afirma o superintendente, vem sendo tentada através da procura de terrenos anexos, que possam servir às atividades produtivas dos índios Karajá.

Os Karajá de Aruanã já somaram mais de trezentas pessoas, habitando extenso território na região. No entanto, apesar do direito de posse imemorial, acabaram engolidos pela especulação imobiliária e pela avalanche turística, espremidos em um lote no meio urbano. Sem espaço suficiente para desenvolverem pecuária e agricultura, os índios têm como alternativa a venda de artesanato e pequenos serviços. (O Popular, 01/03/90)

Comunidade elege cacique

A comunidade Xocó que habita a Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha, a 190 quilômetros de Aracaju, elegeu o cacique Gilrino Clementino Lima para mais um mandato de dois anos. Os 290 índios depositaram seus votos em duas urnas sendo que uma recebeu os votos dos índios alfabetizados. O cacique foi reeleito pela maioria dos votantes. A posse foi na própria aldeia, com os índios dançando o toré até o dia amanhecer. (O Liberal, 01/03/90)

Polícia encontra garimpeiros

A expedição de policiais e sertanistas que partiu há 15 dias rumo à reserva indígena dos Uru-eu-au-au, já retornou à capital de Rondônia. O grupo conseguiu localizar garimpeiros próximos à reserva.

Segundo uma fonte da Funai, 900 colonos estão concentrados no distrito de Tarilândia prontos para invadir a reserva assim que acabarem as chuvas. (O Estado de São Paulo, 03/03/90)

Encontro pede à Igreja defesa do trabalhador

Reunidos durante a XXV Assembleia Regional Pastoral da CNBB Nordeste II, 83 religiosos - entre bispos, padres e dezenas de leigos - decidiram dia 11 intensificar a ação missionária em defesa dos trabalhadores do campo e da cidade. Eles reconheceram que a tarefa, aprovada e ratificada em duas assembleias anteriores, não saiu do papel por conta da divisão da Igreja no Nordeste.

Os religiosos decidiram ainda recomendar às dioceses que apóiem com muito empenho as iniciativas e organizações populares do campo e da cidade que reanimem a luta pela reforma agrária e denunciem a violência contra camponeses e trabalhadores urbanos.

"São duas visões e dois projetos conflitantes de Igreja, um tentando impedir o encaminhamento do outro", interpretou um sacerdote da

Zona Norte do Recife, que participou do encontro. No encontro de dois dias, foram feitas duras críticas à ação da Regional Nordeste II, que é presidida pelo arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, considerado de direita. Ele não participou da reunião porque está em tratamento de saúde no Rio.

Alguns religiosos, mais exaltados, chegaram a pedir a destituição de Dom José da presidência da Regional, mas a proposta foi rejeitada pelo plenário. Os religiosos decidiram articular as diversas pastorais e movimentos católicos das dioceses de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba, que compõem a Regional Nordeste II. O objetivo é facilitar a atividade pastoral entre os trabalhadores, independente da aprovação da cúpula da Regional.

"Temos uma reunião em agosto para a escolha de uma lista tríplice

que elegerá os dois articuladores do trabalho a ser feito no campo e na cidade e resolvemos não esperar até lá para colocar mãos à obra logo", justificou Dom Francisco Austragésilo, secretário executivo da Regional Nordeste II. Ele teve dificuldades de condensar propostas e recomendações do encontro, diante das críticas à atuação da cúpula católica na região.

"Todo mundo falou. O encontro foi sincero e nós reconhecemos que não executamos o que ficou acertado em 1988 e 1989, dentro da pastoral dos trabalhadores. Estamos fazendo uma confissão sincera e humilde da nossa omissão e pedimos perdão por ela", disse Dom Francisco, que é bispo da cidade de Afogados de Ingazeira, no sertão pernambucano. "Mas devemos ser práticos e não adianta desenterrar defunto na cova", acrescentou ele. (JB, 12/03/90)

Frei Betto critica desmobilização de Igreja em São Paulo

O teólogo e frade dominicano Frei Betto, disse dia 7 que vê uma tentativa por parte do Vaticano de "desmobilizar" a Igreja de São Paulo. Ao comentar a criação de uma nova arquidiocese na Província Eclesiástica de São Paulo (formada hoje pela arquidiocese paulistana e mais 12 dioceses vizinhas), Frei Betto afirmou que a Santa Sé "pode mudar dioceses, mas não pode mudar o povo" e, por isso, "não irá

alcançar o objetivo esperado". Segundo ele, a ofensiva "neofundamentalista" do Vaticano "não conseguirá desmobilizar "os cristãos comprometidos com a causa dos pobres". O jornal Folha de São Paulo apurou que o Vaticano criará uma nova arquidiocese em São Paulo. Essa medida reduzirá os poderes do cardeal d. Paulo Evaristo Arns. Ele é o metropolitano (titular) da Província Eclesiástica e não tem

poder formal sobre as 12 dioceses dessa área, mas exerce influência sobre elas. Há um ano, o Vaticano dividiu a Arquidiocese de São Paulo, ao criar quatro novas dioceses autônomas (São Miguel Paulista, Santo Amaro, Campo Limpo e Osasco). Agora, a Cúria Romana estuda quatro opções de locais para implantar a nova arquidiocese, dividindo a Província Eclesiástica de São Paulo. (FSP, 8/3/90)

D. Luciano supera pneumonia e deixa hospital esta semana

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e arcebispo de Mariana (MG), Dom Luciano Mendes de Almeida, recebeu alta na manhã do dia 8 do Centro de Tratamento Intensivo (CTI) do Hospital Felício Rocho, onde está internado para tratamento das lesões sofridas no acidente de automóvel ocorrido no dia 23 passado, na rodovia que liga

Belo Horizonte à cidade histórica de Ouro Preto.

Luís Fernando de Almeida, irmão do arcebispo, confirmou que os médicos pretendem dar alta clínica a dom Luciano ainda esta semana, mas lembrou que dom Luciano ainda terá que ser submetido a um longo tratamento ortopédico, para recuperar-se das fraturas que sofreu nos dois fêmures e no

antebraço direito. "Os médicos disseram que a recuperação não será rápida, mas ainda não sabemos quanto tempo vai demorar", disse o advogado. Segundo ele, os cinco irmãos do presidente da CNBB ainda não decidiram em que local o religioso completará sua recuperação. "Ele está lúcido e pode decidir para onde ir", comentou Luís Fernando. (JB, 09 e 12/03/90)

Caixa rompe acordo e despeja posseiros no Rio

Foram despejadas dia 9, 500 famílias que ocupavam um terreno da Caixa Econômica Federal no km 0 da Rodovia Washington Luís (Rio-Petrópolis), no subúrbio de Brás de Pina, ocupado dia 23 do mês passado. O despejo começou às 8h, quando o oficial de justiça Nélio de Sousa chegou ao local, levando um mandado de reintegração de posse expedido pelo juiz da 5ª Vara Federal, André Koslowski. Doze agentes federais e 100 PMs acompanhavam o oficial de justiça.

As famílias deixaram a área, de 1 milhão de metros quadrados, mas resolveram acampar com suas barracas de lona e plástico numa rua perto da rodovia, em frente ao terreno. Cerca de 20 seguranças da Caixa se espalharam pelo terreno desocupado, para evitar que eles voltassem. Os posseiros se disseram traídos, pois, um dia antes, em reunião com representantes da Caixa, decidiu-se adiar o despejo por 15 dias. Segundo o oficial de justiça, o juiz não considerou o pedido de adiamento feito pela Caixa para evitar que novos ocupantes se instalassem na área.

Os ocupantes fazem parte do Mutirão Habitacional de Brás de



Nando Neves

Despejo de acampados no terreno da CEF pela polícia militar

Pina, da Irmandade de Saviges, e são liderados pelo e José Artola, expulso da Aicese do Rio de Janeiro, e esteve no local de manhã. de a irmandade ter cadastra famílias, só 2 mil invadiram apenas 500 dormiam no terreno. a invasão teve início no dia medida que se espalhava a mais gente se unia ao grupo mandade.

Há famílias de outros estados. o caso de Sebastião M Sousa, de 62 anos, que veio

po Grande, no Espírito Santo, com a mulher e as duas filhas, de 7 e 10 anos.

"Vim para o Rio porque tinha um emprego de pedreiro garantido. Não tenho para onde ir. Daqui não me tiram", o secretário municipal de Desenvolvimento Social, Pedro Porfírio, tentou impedir o despejo mas policiais federais não permitiram sua entrada no terreno. Durante o despejo, os ocupantes cantaram o Hino Nacional e cânticos religiosos. (Jornal do Brasil, 10/03/90)

Aconteceu

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fds.
22241 Rio de Janeiro RJ

Av. Higienópolis, 983
01283 São Paulo SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL